



Somália: O Difícil Renascimento do Estado - A Somália foi dos países africanos mais envolvidos na Guerra Fria. Aliada da URSS desde 1974, a Somália foi liderada, até 1991, por um regime ditatorial chefiado por Mohammed Siad Barre. Na sequência do fim do apoio soviético, o país viu-se envolvido numa guerra civil que opôs vários clãs liderados por senhores da guerra, situação que se mantém até aos dias de hoje, agravada, no entanto, pelo fundamentalismo islâmico de grupos como o Al-Shabab, movimento aliado à Al-Qaeda. [Pag 2/3](#)

África e As Alterações Climáticas - No contexto global, África é o continente onde se sentem mais as alterações climáticas em curso. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)¹, embora África contribua apenas com 4% para as emissões globais de gases, só a China é responsável por 28%, é o continente mais afetado pelas consequências deste aquecimento, o que poderá implicar um aumento médio da temperatura entre 1 a 3º graus até 2050. Este aumento da temperatura é visível em zonas como o Monte Kilimanjaro na Tanzânia, onde as neves eternas já o deixarão de ser. [Pag 3/4/5](#)

5ª Cimeira UE - África - Realizada pela primeira vez na África subsaariana, teve lugar entre os dias 29 e 30 de novembro a 5ª cimeira entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), a qual reuniu de 80 chefes de Estado e de Governo de ambos os continentes, na capital da Costa do Marfim, Abidjan. A última cimeira decorreu, em 2014, em Bruxelas. [Pag 5/6/7](#)

Conferência Eletiva do ANC - O futuro do African National Congress (ANC), e da própria África do Sul, teve um momento essencial com a realização do congresso eletivo do maior partido sul-africano, o qual teve lugar, entre os dias 16 e 20 de dezembro, em Kimberly, na província do Northern Cape. Embora as eleições gerais sul-africanas só estejam previstas para 2019, a eleição do novo Presidente do ANC, e provavelmente o futuro do país após 2019, foi decidido neste congresso. [Pag 7/8](#)

Mugabe Afastado do Poder no Zimbabwe - O Zimbabwe acordou no dia 14 de novembro com o exército nas ruas com o objetivo de assegurar o afastamento de Robert Mugabe do poder. Esta ação foi o culminar de uma série de acontecimentos que se vinham a arrastar há vários meses e que mergulharam o país num clima de grande instabilidade política, agravando a situação geral do país que, há vários anos, vive uma grave crise económica. [Pag 8/9/10](#)

Índice Ibrahim de Boa Governação africana 2017 - A Fundação Mo Ibrahim² apresentou a 20 de novembro os resultados do seu Índice Anual de Boa Governação Africana relativos a 2017. [Pag 10/11/12](#)

¹ Banco Africano de Desenvolvimento: [Perspetivas Económicas para África 2016](http://www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content.../EBook_AEO2016_PT.pdf).
² Ibrahim Index of African Governance 2017.
<http://mo.ibrahim.foundati>



Somália: O Difícil Renascimento do Estado

■ Luís Castelo Branco

A Somália foi dos países africanos mais envolvidos na Guerra Fria. Aliada da URSS desde 1974, a Somália foi liderada, até 1991, por um regime ditatorial chefiado por Mohammed Siad Barre. Na sequência do fim do apoio soviético, o país viu-se envolvido numa guerra civil que opôs vários clãs liderados por senhores da guerra, situação que se mantém até aos dias de hoje, agravada, no entanto, pelo fundamentalismo islâmico de grupos como o Al-Shabab, movimento aliado à Al-Qaeda.

Sem um poder central forte, o país foi-se fragmentando, tendo surgido duas entidades, a Somalilândia e a Jubalândia, que declararam a sua independência da Somália, embora sem terem obtido o reconhecimento internacional.

Desde 1991 várias foram as tentativas, apoiadas pela comunidade internacional, destinadas a restabelecer a Somália enquanto entidade única em todo o território. Atualmente assiste-se a mais uma dessas tentativas.

Desde dezembro de 2016 está em funcionamento um novo parlamento e em fevereiro passado foi eleito Mohamed Abdullahi Mohamed como Presidente do país. Apesar das condições precárias em que o parlamento e o Presidente exercem as suas funções, a sua mera existência já deve ser saudada como um avanço importante.

Apesar de algumas melhorias, o clima de instabilidade na capital Mogadíscio, onde os ataques suicidas e os carros bomba são uma realidade, é ainda uma constante. Ainda no passado mês de outubro, a explosão de um carro bomba em Mogadíscio matou 276 pessoas e deixou outras 350 feridas. Tratou-se do ataque mais mortal da história do país e foi atribuído à milícia Al-Shabab.

Mas apesar da fragilidade da situação, há também sinais positivos no que diz respeito à confiança que parece haver em relação ao futuro do país. A recuperação das infraestruturas da capital está em marcha e a comunidade de expatriados começa a aumentar, o que tem promovido um lento, mas sustentável, crescimento da atividade económica.

Mas não é apenas a situação securitária que permanece frágil, as condições climáticas adversas têm dificultado a segurança

alimentar das populações que continuam muito dependentes da ajuda internacional.

A viver uma seca severa, que se prolonga há mais de três anos, as produções agrícolas e pecuárias são cada vez mais escassas, temendo-se que a Somália se transforme num verdadeiro deserto. Tudo isto tem sérias implicações nas condições de saúde de uma população muito vulnerável com elevados índices de desnutrição, sobretudo, entre os mais novos.

A comida é utilizada como arma contra as populações. Exemplo disso é a política da milícia Al-Shabab, que uma vez expulsa de Mogadíscio, continua ativa em várias partes do território somali, impedindo a distribuição de ajuda alimentar a zonas que não lhe são afetas.

Para agravar ainda mais a situação, muita da ajuda alimentar é desviada pelos próprios funcionários estatais para venda através de canais informais, impedindo que chegue às populações necessitadas, que segundo dados das Nações Unidas, será metade da população somali, ou seja, sete milhões de pessoas. Na última grave crise alimentar na Somália, em 2011, morreram mais de 250 mil pessoas devido à falta de ajuda internacional.

Um outro desafio que o Presidente Abdullahi Mohamed e os seus aliados têm que enfrentar é a questão da Somalilândia, região situada no extremo noroeste da Somália, que embora formalmente faça parte da Somália, na prática, tem seguido o seu caminho.

Desde que se separou da Somália em 1991, esta região tem conseguido ter um desenvolvimento mais pacífico do que o resto do país. Mas o reconhecimento internacional da sua separação não foi obtido.

A 13 de novembro realizaram-se eleições nesta região, sendo que todos os candidatos à sucessão do Presidente Ahmed Mohamed Silaanyo tinham como prioridade a obtenção do reconhecimento internacional da sua separação da Somália.

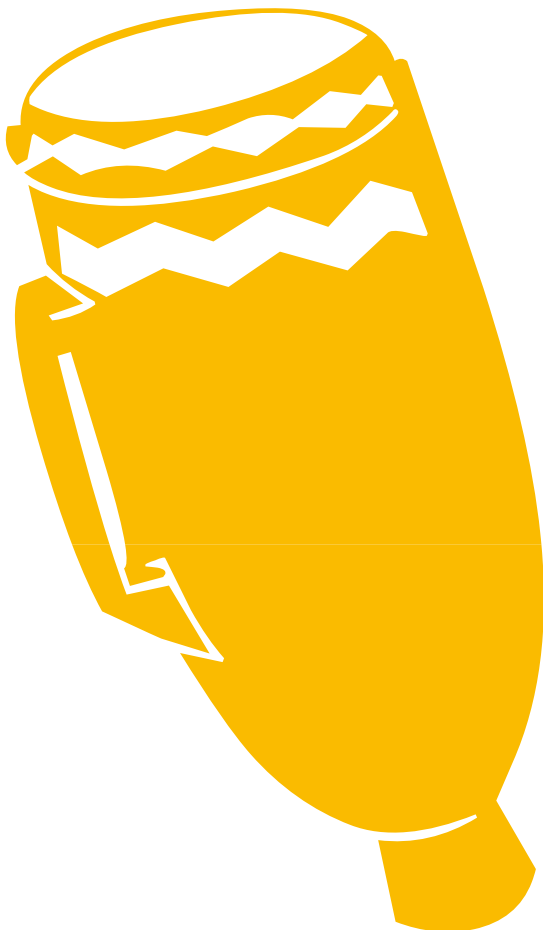
A comunidade internacional não excluiu esta possibilidade, tanto mais que se trata de reconhecer uma realidade de facto, mas exige que uma eventual separação seja alvo de um processo negocial com o governo de Mogadíscio. Com um porto no Golfo de



África e as Alterações Climáticas

Aden, uma rota marítima anteriormente atormentada pela pirataria e que é fundamental para ligar a Ásia ao Canal de Suez e depois à Europa, a comunidade internacional vê a estabilidade da Somalilândia como algo essencial para a região e, por isso, não exclui uma solução negociada para o futuro desta parte da Somália.

Mas se o cenário atual continua a ser muito complexo, quer a ONU, quer a União Africana estão apostadas na recuperação da Somália enquanto país soberano. Para além do apoio financeiro ao governo de Mogadíscio, que é prestado pelos diversos organismos especializados da ONU e por vários países, a União Africana mantém no país uma força de cerca de 22 mil militares para apoiar o Governo central contra os radicais islâmicos da Al-Shabab, e fomentar a estabilidade no país.



No contexto global, África é o continente onde se sentem mais as alterações climáticas em curso. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)³, embora África contribua apenas com 4% para as emissões globais de gases, só a China é responsável por 28%, é o continente mais afetado pelas consequências deste aquecimento, o que poderá implicar um aumento médio da temperatura entre 1 a 3 graus até 2050. Este aumento da temperatura é visível em zonas como o Monte Kilimanjaro na Tanzânia, onde as neves eternas deixarão de o ser.

A crescente urbanização em curso em África tem vindo a agravar a situação ambiental de muitos países, uma vez que várias das grandes cidades africanas estão situadas nas zonas costeiras, o que tem criado as condições para o aumento das inundações devido à pouca atenção dada ao relevo do território.

Os fenómenos climáticos extremos, como grandes períodos de seca ou chuvas torrenciais, tenderão a aumentar no futuro, especialmente nas zonas oriental e austral do continente. Estas condições climáticas adversas favorecerão o aumento da desflorestação e, conseqüentemente, aumentará a desertificação do continente.

Esta situação terá consequências imediatas na produção agrícola do continente numa altura em que a população não pára de aumentar e terá efeitos negativos no crescimento económico dos países. Com uma agricultura praticamente dependente das chuvas, qualquer alteração na pluviosidade tem consequências imediatas nas produções agrícolas e pecuárias, como já é evidente nos países do Corno de África.

Todo este contexto irá promover uma maior insegurança alimentar e favorecerá o aumento dos conflitos e dos fluxos migratórios com a crescente pressão demográfica, sobretudo, sobre a Europa.

As mudanças climáticas têm o potencial de exacerbar os problemas de segurança nacional e aumentar o número de conflitos internacionais. Diversos conflitos já têm na sua génese a disputa

³ Banco Africano de Desenvolvimento: **Perspetivas Económicas para África 2016**. www.africaneconomicoutlook.org/sites/default/files/content.../EBook_AE02016_PT.pdf



pelo uso dos recursos naturais limitados, como a disponibilidade de solos férteis e água, estimando a ONU que o acesso à água será uma das principais fontes de conflito em África em 2050.

Mas, se o setor agrícola será o mais penalizado, há mais áreas onde os efeitos negativos das alterações climática se farão sentir em África.

À medida que a falta de água se faça sentir, as condições de saúde poderão deteriorar-se em várias regiões africanas, realidade que é mais visível na zona ocidental do continente.

O aparecimento de doenças relacionadas com a falta de água será um peso acrescido nos já fracos sistemas de saúde da maioria dos países africanos. O aumento da temperatura favorecerá o aparecimento de doenças respiratórias e o alastrar da incidência de doenças como a malária e o dengue.

Paralelamente, a redução dos caudais dos rios terá consequências na produção de energia limpa em muitos países, o que aumentará a dependência de combustíveis fósseis, mais caros e com piores consequências sobre o ambiente.

Toda esta realidade, que não é exclusiva do continente africano, é evidenciada, ao mesmo tempo, em que se sucedem os alertas internacionais para os efeitos nefastos das alterações climáticas.

Nesse sentido, foi publicada, a 13 de novembro, uma carta, intitulada "Alerta dos cientistas do mundo para a Humanidade: segundo aviso", publicada na revista científica *Bioscience*⁴, a qual foi assinada por mais de 15 mil cientistas de 184 países, em que alertam para a continuação da degradação do meio ambiente. Estes cientistas consideraram este ser um segundo aviso, depois daquele que foi feito em 1992 também pela comunidade científica.

Segundo o atual documento, passados 25 anos do primeiro aviso a situação não melhorou e, dá como exemplo o fato da população

humana ter aumentado 35% desde 1992, ao mesmo tempo que se registou uma redução de 29% do número de mamíferos, répteis, anfíbios, aves e peixes.

Para além do aumento demográfico, a carta refere, como grandes perigos, o aquecimento global, as constantes emissões de CO2 geradas pelo uso de combustíveis fósseis, as práticas agrícolas não sustentáveis, o desmatamento, a falta de água doce, a perda de vida marinha e as crescentes zonas mortas dos oceanos.

O alerta chama, igualmente, a atenção para a perda de quase 120,4 milhões de hectares de floresta, convertidos na maior parte em terrenos agrícolas, e para um aumento acentuado das emissões de dióxido de carbono e da temperatura média do planeta.

Apesar do cenário pouco otimista da carta, os signatários referem que ainda é possível reverter a situação através da adoção de medidas que favoreçam o controlo demográfico, a utilização de fontes de energia limpas e uma agricultura mais sustentável.

Esta carta surgiu no momento em que decorria em Bona a 23ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP23) que reuniu representantes de 200 países com o objetivo de discutir medidas para avançar com o Acordo de Paris, assinado em 2015, nomeadamente, a adoção de medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e evitar o agravamento de fenómenos climáticos extremos.

O grande objetivo do Acordo de Paris era o de mobilizar esforços com o intuito de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e conseguir limitar a subida da temperatura do planeta aos 2.ºC até ao final do presente século.

Este encontro é a primeira ocasião em que os representantes dos países se encontram após o anúncio do Presidente Trump de que os EUA se retiravam do Acordo de Paris por o considerarem prejudicial para a sua economia.

Apesar da conferência ter lugar na Alemanha, a COP23 foi encabeçada pelas Ilhas Fiji, país arquipelágico seriamente ameaçado pela subida do nível do mar. A realização na Alemanha deveu-se

⁴ <https://academic.oup.com/bioscience/article/doi/10.1093/biosci/bix125/4605229>



5ª Cimeira UE - África

ao facto de as Ilhas Fiji não terem condições para receberem os 20 mil participantes inscritos nas diversas atividades previstas ao longo dos vários dias que durou esta conferência.

A COP23 permitiu operacionalizar uma iniciativa alemã que visa criar planos de seguro climático que poderão abranger cerca de 400 milhões de habitantes nos países do hemisfério sul. A medida, que já foi apresentada noutras conferências sobre o clima, poderá beneficiar diretamente os países africanos, ajudando-os a adotarem práticas mais amigas do ambiente, nomeadamente, na produção de energia.

A COP 23 não ficou marcada por grandes decisões, essas deverão ser tomadas e adotadas em 2018, em Cracóvia, Polónia, na COP24. Esta Conferência, a COP23, reforçou a imagem de isolamento da administração norte-americana. Depois da subscrição por parte da Nicarágua e da Síria do Acordo de Paris, os EUA passam a ser o único país a rejeitar o compromisso assinado em 2015, em França.



Realizada pela primeira vez na África subsaariana, teve lugar entre os dias 29 e 30 de novembro a 5ª cimeira entre a União Europeia (UE) e a União Africana (UA), a qual reuniu 80 chefes de Estado e de Governo de ambos os continentes, na capital da Costa do Marfim, Abidjan. A cimeira anterior decorreu, em 2014, em Bruxelas.

Sob o lema de “Investir na juventude para um futuro sustentável”, os líderes dos dois blocos discutiram igualmente a possibilidade de criação de um Plano Marshall para a reconstrução africana. Este plano poderá ser financiado através de um novo instrumento financeiro da UE, o Plano de Investimento Externo (PIE).

De acordo com a Alta Representante para os Assuntos Externos da UE, Federica Mogherini, o PIE prevê mobilizar recursos financeiros na ordem dos 3,4 mil milhões de euros, os quais poderão alavancar investimentos privados na ordem dos 44 mil milhões de euros em cinco áreas prioritárias: energia sustentável, conectividade, agricultura sustentável, cidades sustentáveis e desenvolvimento digital.

O objetivo de um Plano Marshall será o de criar as condições para o crescimento sustentável da economia africana, apostando na sua diversificação e na criação de empregos para os mais jovens. Para já, ainda não é claro quando é que este Plano será operacionalizado, mas desde já ficou claro que o apoio estará sujeito a diversos condicionalismos de índole política.

Porém, mesmo que existam os recursos financeiros para a sua implementação, será necessário um complexo e moroso processo negocial, primeiro dentro da própria UE, e depois com os países africanos para que o Plano possa ser operacionalizado.

Um dos objetivos centrais desta Cimeira era o de se fazer um balanço conjunto dos 10 anos de adoção da Estratégia Conjunta UE - África, adotada em Lisboa em 2007, com vista a melhorar e reforçar os laços políticos e económicos entre os dois blocos.

A Estratégia Conjunta criou um canal formal para as relações da UE com os países africanos, sendo que é executada por meio de planos de ação periódicos. Em 2014, os países africanos e a UE aprovaram o roteiro para 2014-2017, que fixou cinco grandes



prioridades e domínios de ação conjunta:

- Paz e Segurança;
- Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos;
- Desenvolvimento Humano;
- Desenvolvimento Sustentável e inclusivo, crescimento e integração regional;
- Questões globais e emergentes.

Para cada uma destas prioridades, o roteiro aprovado definiu um conjunto de ações que deviam ser desenvolvidas ao nível regional, continental ou global, com vista a promover reais mudanças em ambos os blocos.

A Estratégia Conjunta representou um salto qualitativo nas relações entre a UE e os países africanos. Ambos os blocos concordaram em promoverem a prossecução de objetivos comuns em conjunto, ultrapassando o tradicional relacionamento baseado apenas nas políticas de apoio ao desenvolvimento. Com a adoção desta Estratégia, o relacionamento entre ambas as partes passou a ser uma relação entre iguais.

A UE, conjuntamente com os seus Estados-Membros, são parceiros essenciais do continente africano, realidade que se confirma através dos seguintes números⁵:

- 21 Mil milhões de euros de ajuda ao desenvolvimento foram concedidos a África, em 2016, pela UE e pelos seus Estados-Membros, os maiores doadores de ajuda àquele continente;
- 32 Mil milhões de euros foram investidos por empresas da UE em África, em 2015, o que representa cerca de um terço de todo o investimento estrangeiro direto em África;
- 3,35 Mil milhões de euros estão atribuídos ao Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável, o que deverá mobilizar até 44 mil milhões de euros em investimentos;
- 7 Missões civis e militares estão atualmente destacadas em África;
- 1,4 Mil milhões de euros estão atribuídos a programas educativos que sejam implementados em África entre 2014 e 2020.

Ao dedicar o tema central da Cimeira à juventude, os líderes de ambas as partes pretendem encontrar respostas para aos desafios da juventude africana, uma vez que mais de 60% da população africana tem menos de 25 anos. A questão da criação de emprego condigno em África e as respostas a dar para enfrentar os contínuos fluxos migratórios em direção à Europa, foram questões centrais desta Cimeira.

Com vista a contribuir para a discussão do tema da juventude, decorreu em outubro, também em Abidjan, a 4ª Cimeira da Juventude África-Europa, a qual reuniu cerca de 120 líderes juvenis, que aprovaram uma declaração⁶ com recomendações para a Cimeira de novembro.

Em termos gerais, esta declaração apelou ao envolvimento das organizações representativas dos jovens na definição e acompanhamento das medidas que sejam adotadas para a juventude, nomeadamente, nas áreas da educação, criação de emprego, na prossecução dos direitos cívicos e nas políticas de preservação do meio ambiente.

Para além destes dois temas centrais, durante esta Cimeira também foram debatidas questões relacionadas com a paz e a segurança; a governação, incluindo a democracia, os direitos humanos; o investimento e o comércio e o desenvolvimento de competências.

Igualmente importantes foram os diversos eventos paralelos que tiveram lugar antes da Cimeira, nomeadamente o 6.º Fórum Empresarial UE-África, que se realizou a 27 de novembro, e que teve como finalidade a promoção de investimentos que visassem o desenvolvimento africano, especialmente focado nas iniciativas elaboradas por jovens empresários e por mulheres.

No final dos trabalhos foi adotada uma declaração conjunta em que se definem quatro áreas estratégicas: Oportunidades económicas para os mais jovens; paz e segurança; mobilidade e migrações e cooperação na área da governação. Para cada uma

⁵ <http://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2017/11/29-30/>

⁶ The Abidjan Declaration, 4th Africa-Europe Youth Summit 9 - 11 October 2017, Abidjan, Côte d'Ivoire.
http://www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/userfiles/4th_africa-europe_youth_summit_-_abidjan_declaration_2017.pdf



Conferência Eletiva do ANC

destas áreas, o objetivo é que sejam apresentados programas e projetos concretos nos próximos três meses.

Houve um claro compromisso na melhoria de vida das pessoas através da educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento de capacidades. Nesse sentido, os líderes dos dois blocos concordaram com a promoção da mobilidade dos alunos e docentes entre os vários países africanos, assim como a criação de programas de intercâmbios académicos entre a Europa e África através do programa ERASMUS+.

No que diz respeito à área da segurança e paz, a União Europeia e a União Africana concordaram em continuar a trabalhar em conjunto para enfrentarem as ameaças à segurança de ambos os continentes. Concretamente, reforçaram o seu compromisso na luta contra o terrorismo, com a UE a reafirmar o seu empenho e envolvimento no apoio à Task Force que enfrenta o grupo terrorismo Boko Haram na Nigéria; a Força Conjunta do G5 no Sahel e o apoio à Missão da União Africana na Somália. Em qualquer uma destas três missões, a UE é o principal contribuinte financeiro

Em relação à gestão do fenómeno migratório. Ambos os blocos estão determinados a combater as causas dos fluxos migratórios ilegais, com especial atenção para a situação que os refugiados vivem na Líbia. Para enfrentarem este fenómeno, a ideia é a de se criarem, por um lado, mecanismos legais de apoio à migração e, por outro, criar, nos países de origem dos imigrantes, condições de emprego e de vida condignos.



O futuro do African National Congress (ANC), e da própria África do Sul, teve um momento essencial com a realização do congresso eletivo do maior partido sul-africano, o qual teve lugar, entre os dias 16 e 20 de dezembro, em Kimberly, na província do Northern Cape. Embora as eleições gerais sul-africanas só estejam previstas para 2019, a eleição do novo Presidente do ANC, e provavelmente o futuro do país após 2019, foi decidido neste congresso.

Marcado por diversos escândalos de corrupção, aos quais se soma a difícil situação económica do país, o atual Presidente sul-africano, Jacob Zuma, não se apresentou a um novo mandato, claramente consciente que o partido com ele seria duramente penalizado nas eleições de 2019.

Dentro do próprio ANC há quem defenda o afastamento prematuro de Zuma da presidência do país de maneira a dar ao ANC tempo para recuperar a sua imagem aos olhos do eleitorado sul-africano.

Neste congresso apresentaram-se duas facções claramente opostas. A primeira liderada por Nkosazana Dlamini Zuma, ex-mulher de Jacob Zuma e apoiada por este, que contou com o apoio de importantes facções dentro do ANC, nomeadamente a Liga das Mulheres e a Liga da Juventude. A candidatura de Dlamini Zuma defendia um percurso semelhante ao seguido por Jacob Zuma, que apostou numa radicalização do modelo económico que passará por uma redistribuição da terra.

A outra facção era liderada por Cyril Ramaphosa, até agora Vice-Presidente do país e um histórico do ANC que esteve nas negociações que levaram ao fim do apartheid.

Ao longo dos anos, Ramaphosa, que veio do mundo sindical, transformou-se num empresário de sucesso no país. A sua aposta em termos económicos é mais moderada com o intuito de cativar o investimento estrangeiro, essencial para a recuperação do país, mas que tem estado a sair da África do Sul devido à degradação da situação económica.

A perceção geral é que o Congresso do ANC não iria conseguir unir o partido. Independentemente do resultado final, havia a ideia de que os perdedores poderiam avançar para uma cisão.



Esta possibilidade era bem real, tanto mais que foi o que aconteceu no passado em momentos semelhantes. Em 2008 foi isso que aconteceu com a criação do Congress of the People (COPE), liderado por Mosiuoa Lekota, e, novamente em 2013, quando Julius Malema, antigo líder da juventude do ANC, criou os Economic Freedom Fighters (EFF).

A eleição de delegados para este congresso, oriundos quer das várias províncias do país, quer dos vários setores do ANC, deram uma clara maioria a Ramaphosa, que assim partiu como favorito para suceder a Zuma.

Mugabe Afastado do Poder no Zimbabue

O Zimbabue acordou no dia 14 de novembro com o exército nas ruas com o objetivo de assegurar o afastamento de Robert Mugabe do poder. Esta ação foi o culminar de uma série de acontecimentos que se vinham a arrastar há vários meses e que mergulharam o país num clima de grande instabilidade política, agravando a situação geral do país que, há vários anos, vive uma grave crise económica.

Na génese da instabilidade política está a luta pela sucessão do Presidente Robert Mugabe. Com 93 anos de idade, Mugabe está no poder desde 1980, quando a Rodésia deu lugar ao Zimbabue, inicialmente como Primeiro-Ministro e, desde 1987, como Presidente. Apesar de oficialmente pretender apresentar-se a um novo mandato presidencial, era por demais evidente que Mugabe já não estava em condições de o fazer.

A luta pela sua sucessão começou a ser muito renhida dentro do seu partido a União Nacional Africana do Zimbabue - Frente Patriótica (ZANU-PF) entre a facção que apoiava o até há pouco Vice-Presidente do país, Emmerson Mnangagwa, e o chama-

do grupo do G40, uma facção do partido no poder que pretende expulsar do partido os veteranos da guerra da independência, como o vice-presidente Emmerson Mnangagwa, de modo a permitir a ascensão ao poder da primeira-dama, Grace Mugabe.

Até há poucos anos atrás, não havia grandes dúvidas de que o sucessor de Mugabe seria Mnangagwa. No entanto, o grupo apoiante de Grace Mugabe, que é 40 anos mais nova que o Presidente, começou a ganhar força dentro do partido e do governo. Vários ministros, como é o caso do poderoso Ministro das Finanças, Ignatius Chombo, começaram a apoiar a opção de Grace Mugabe.

O antagonismo entre as duas facções atingiu o seu auge a 6 de novembro, quando os apoiantes de Grace Mugabe conseguiram que o Presidente afasta-se Mnangagwa do cargo de Vice-Presidente, situação que provocou um enorme mal-estar junto das chefias militares devido à sua proximidade a Mnangagwa, o qual tinha sido uma figura importante no período de luta pela independência do país.

Perante milhares de apoiantes, o Presidente Mugabe, afirmou que Emmerson Mnangagwa tinha sido afastado do seu cargo por ter sido provado que, desde 2014, estava a conspirar para assumir o poder e que teria consultado feiticeiros para saber quando é que o Presidente iria morrer.

Claramente fragilizado, o Presidente Mugabe estaria a ser forçado a indicar a sua mulher como sua sucessora, situação que desagradaria a parte importante dos membros da ZANU-PF e dos militares.

Dias antes do golpe, o Chefe de Estado das Forças Armadas do Zimbabue, o General Constantino Chiwenga, lançou um sério aviso aos adversários do Vice-Presidente, quando afirmou que não toleraria uma purga dos veteranos da luta da independência no seio da ZANU-PF.

Após ter sido destituído, e temendo pela sua segurança, Emmerson Mnangagwa abandonou o país tendo-se refugiado na África do Sul. Aliás, estas ameaças à sua segurança já se tinham registado antes. Em agosto passado, Mnangagwa tinha sido hospitalizado depois de ter sido, alegadamente, envenenado com um iogurte.



Ao assumirem o controlo da situação no país, os militares garantiram que não se tratava de um golpe de estado, eventualmente para evitar a condenação internacional. Referiram que apenas pretendiam afastar, de junto do Presidente Mugabe, a quem garantiam a segurança, um conjunto de pessoas que estariam a prejudicar o país, numa alusão indireta à primeira-dama Grace Mugabe.

Este golpe pôs fim à presidência de Robert Mugabe, cargo que desempenhava desde 1987. Quando o processo de transição do regime de minoria branca na Rodésia deu lugar ao atual Zimbabwe, Mugabe assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Os primeiros anos do novo país foram vistos com grande otimismo. Por um lado, o novo regime apelou a uma sã convivência entre brancos e negros, e por outro, e com a África do Sul ainda isolada internacionalmente por causa da questão do apartheid, o Zimbabwe assumia o papel de líder da África Austral.

Ao ter adotado um tom moderado, Mugabe conseguiu cativar grande parte da população branca a manter-se no país. Com um forte setor agrícola, o país assumiu o papel de celeiro da região, numa altura que períodos de seca e de conflitos em Angola e Moçambique faziam com que estes países necessitassem do apoio do seu vizinho.

Mas, com o passar dos anos, o regime de Mugabe tornou-se cada vez mais autoritário tendo levado a cabo a eliminação maciça dos seus opositores, como foi o caso dos massacres perpetrados pela 5ª divisão do exército entre 1983 e 1984, na região de Matabeleland contra o grupo étnico nbele, maioritariamente representado no segundo maior partido do país, a Zimbabwe African People's Union (ZAPU) liderada por Joshua Nkomo.

A situação no país agravou-se significativamente em 2000, quando Mugabe decidiu entrar em choque com os grandes produtores agrícolas, a maioria dos quais brancos, e promoveu uma reforma agrária que teve consequências desastrosas.

A reforma levada a cabo limitou-se a retirar a terra aos agricultores brancos e não foi devidamente distribuída à população. Os aliados de Mugabe ficaram com grandes propriedades, a própria primeira-dama terá ficado com uma fazenda, e os pequenos agricultores não tiveram apoios para poderem cultivar as suas

terras. Esta decisão quebrou o setor agrícola, essencial para a economia e para as exportações do Zimbabwe.

Foi também em 2000 que surgiu uma oposição com capacidade para desafiar o poder de Mugabe. Liderado por Morgan Tsvangirai, o Movement for Democratic Change (MDC) chegou a ameaçar a posição da ZANU-PF nas eleições de 2000. Porém, um processo eleitoral muito pouco transparente deu nova vitória ao partido de Mugabe.

Devido à violação dos direitos humanos no país, o Zimbabwe passou a ser alvo, desde 2002, de sanções internacionais que complicaram, ainda mais, a situação interna. A decisão de obrigar as empresas estrangeiras que operavam no país, a terem uma participação maioritária na mão de zimbabweanos, com o argumento de que era necessário reverter os desequilíbrios coloniais, apenas serviu para afastar o tão necessário investimento estrangeiro.

À medida que o seu poder era contestado, a sua mulher Grace via a sua influência junto do Presidente aumentar. Casados desde 1996, numa cerimónia que juntou milhares de convidados, Grace, que tinha sido secretária de Mugabe, destacou-se sempre pelos elevados gastos feitos em bens de luxo.

Se, no início, não mostrava grande apetência pelo poder, a situação mudou nos últimos anos, e foi juntando aliados com o objetivo de um dia substituir o seu marido, objetivo esse que era contestado por vários veteranos da luta da independência, nomeadamente, pelo até agora Vice-Presidente, Emmerson Mnangagwa.

Devido ao seu passado na luta de libertação e à sua boa relação com as chefias militares do país, Mnangagwa, foi, desde logo, apontado como mentor do golpe que afastou Mugabe.

Com formação militar no Egito e na República Popular da China Mnangagwa, liderou um grupo de combatentes chamado Grupo Crocodilo, daí ser conhecido por Crocodilo, que levava a cabo atos de sabotagem contra o regime de Ian Smith. Preso pelas forças rodesianas, foi condenado a dez anos de prisão.

Após a independência do Zimbabwe, Mnangagwa, foi nomeado



Ministro da Segurança Nacional, posteriormente foi Ministro das Finanças e da Defesa, bem como Presidente do Parlamento.

Embora tenha resistido de início ao seu afastamento, Mugabe acabou por apresentar a sua demissão a 21 de novembro, tal como era solicitado pelas chefias militares para reforçar a ideia do que o que tinha sucedido não era um golpe de estado.

Robert Mugabe ainda tentou, sem sucesso, que uma vaga de fundo o aguentasse no poder até à realização das próximas eleições presidenciais, previstas para 2018. Abandonado pela poderosa Associação dos Veteranos de Guerra e pelo seu próprio partido, a ZANU-PF, Mugabe não teve outra alternativa que não fosse apresentar a sua demissão.

Na carta de demissão, Mugabe referiu que se afastava do poder de maneira a permitir uma transição do poder sem problemas, pacífica e não violenta. Este anúncio foi recebido em clima de festa pela maioria da população.

Após a demissão de Mugabe, Mnangagwa, que se encontrava na África do Sul desde que tinha sido demitido do cargo de Vice-Presidente, regressou ao país e assumiu a presidência a 24 de novembro.

Embora tenha prometido uma nova era de democracia para o país e de prosperidade económica, o facto de ter estado junto de Mugabe durante mais 50 anos, fez com que muitos suspeitassem da real capacidade e vontade de Emmerson Mnangagwa de liderar a tão desejada transformação no país.

A oposição viu com apreensão a nomeação do novo governo do país. Apesar das promessas de Mnangagwa do início de uma nova era no país, os nomes apresentados para o governo apenas contemplaram elementos das forças armadas e da ZANU-PF.

Índice Ibrahim de Boa Governação Africana 2017

A Fundação Mo Ibrahim⁷ apresentou a 20 de novembro os resultados do seu Índice Anual de Boa Governação Africana relativos a 2017.

Em termos gerais, o relatório deste ano apresenta as seguintes tendências:

1/3 dos países dos países africanos melhoraram na área da boa governação, embora os avanços tenham sido ténues e não está garantida a sustentabilidade das medidas tomadas. Os retrocessos registados nesta matéria em 12 países, fez com que, em termos gerais, os avanços nesta área tenham sido mais limitados dos que os dos anos anteriores;

São realçados os progressos registados na área da governação. Apesar deste cenário positivo, o índice chama a atenção para o facto de o ritmo deste avanço ter diminuído nos últimos cinco anos. A maioria dos países africanos, cerca de 40, já registaram este abrandamento ou inclusivamente já estão numa trajetória negativa;

Apesar de aumentar a preocupação com os temas securitários, na prática, as melhorias neste setor não se fizeram sentir devido ao aumento dos conflitos e das tensões fronteiriças;

O aumento da atenção prestada à questão dos direitos humanos, assim como o maior envolvimento das sociedades civis nesta área melhoraram em termos gerais. Esta melhoria ficou também a dever-se a processos eleitorais mais livres e justos;

O desenvolvimento económico sustentável conheceu um progresso limitado, em grande medida, pelos poucos avanços registados no setor rural;

O desenvolvimento humano em África continua a conhecer melhorias que, só não foram maiores, porque houve uma diminuição nos avanços na área da educação.

⁷ Ibrahim Index of African Governance 2017
<http://mo.ibrahim.foundation/>



A importância deste Índice Ibrahim de Governança Africano prende-se com o facto de estarmos perante um documento que reúne informação atualizada, em diversos setores, sobre os 54 países africanos. Lançado pela primeira vez em 2007 pela Fundação Mo Ibrahim, o Índice mede anualmente a qualidade da governação nos países africanos através da compilação de dados estatísticos.

A informação recolhida, tratada e difundida, é fruto de um trabalho desenvolvido por uma rede de especialistas em 14 subcategorias que, por sua vez, formam quatro categorias: Segurança e Estado de Direito; Participação e Direitos Humanos; Desenvolvimento Económico Sustentável e Desenvolvimento Humano.

O índice pretende dar informação objetiva a um vasto leque de atores, públicos e privados, através da utilização de dados concretos e quantificados que avaliam o fornecimento de bens e serviços públicos às populações, avaliando, igualmente, os resultados das políticas governamentais.

Na lista deste ano, os primeiros países são as Maurícias, o Botswana, a Namíbia e Cabo Verde. No extremo oposto estão a Somália, a Eritreia, o Sudão do Sul e a Líbia.

No que diz respeito aos PALOP a situação sofreu poucas alterações relativas aos resultados de 2016.

Angola ocupa o 45º lugar na lista deste ano. Apesar de ter uma avaliação positiva relativamente à evolução dos últimos 10 anos, a situação verificada nos cinco anos mais recentes, coloca Angola no fim da lista do índice.

Uma das categorias onde o desempenho angolano é mais fraco é na área das Oportunidades Económicas Sustentáveis. Isto sucede devido aos fracos resultados obtidos pelo país na área de combate à burocracia empresarial e no ambiente de negócios que está em queda.

Angola também obteve fracos resultados nas áreas referentes à instabilidade social, violência política, liberdade de expressão, liberdades civis, equilíbrio das contas públicas, procedimentos alfandegários e vacinação.

Do lado positivo, o país mostrou progresso em indicadores como serviços públicos na internet, igualdade de género, legislação contra a violência sobre as mulheres, infraestrutura elétrica e política para o tratamento do VIH-SIDA.

Cabo Verde, apesar de ter descido um lugar no índice, ocupa o 4º lugar, continua a ter um lugar de claro destaque e é o PALOP mais bem posicionado. Apesar de continuar muito bem colocado, a descida de um lugar de Cabo Verde fica a dever-se ao menor desempenho na categoria do Desenvolvimento Económico Sustentável. Mais preocupante é a classificação obtida nas categorias de Segurança e Estado de Direito e de Participação e Direitos Humanos, pois desde 2012 que se regista uma deterioração acentuada.

Em termos concretos, Cabo Verde teve um pior desempenho nas áreas de acesso à justiça; acesso à informação; registo de desvio de fundos públicos; a investigação à corrupção; o tráfico humano; a igualdade de género e a participação política das mulheres; a gestão das contas públicas, a transparência nas empresas públicas; a burocracia ou a solidez dos bancos.

Do lado positivo, o índice destaca as áreas da independência judicial; combate à corrupção e burocracia; segurança das pessoas e serviços policiais; proteção contra a discriminação; administração pública; equilíbrio das contas públicas; mobilização de receitas fiscais; ambiente económico e infraestruturas de transportes; tecnologias de informação e água e a baixa taxa de mortalidade infantil.

Tal como Cabo Verde, Moçambique também desceu no índice deste ano. Do 21º lugar, que ocupava em 2016, passou este ano para o 23º do índice. Moçambique integra o pequeno grupo de oito países em deterioração acelerada, cuja tendência negativa desde 2007 se agravou nos últimos cinco anos.

Moçambique registou retrocessos em indicadores como acesso à informação e serviços públicos na Internet; corrupção e burocracia; segurança das pessoas; envolvimento em conflitos; liberdades civis; administração pública; política fiscal; pobreza e serviços de saúde básicos.

Melhoram os indicadores moçambicanos relativos à independência judicial e ao acesso à justiça; os serviços policiais e a

violência política; liberdade de expressão e liberdade de associação e reunião e taxa de literacia.

São Tomé e Príncipe manteve a 11º lugar que já tinha em 2016. De acordo com os dados deste ano do índice, registou-se um crescimento acelerado na categoria de Desenvolvimento Económico Sustentável, mas reduziu a taxa de progresso na categoria de Desenvolvimento Humano.

A Guiné-Bissau desceu uma posição na edição deste ano do índice, passando a ocupar o 43.º lugar. Apesar desta classificação e da fragilidade da situação interna guineense, com nítidas consequências no desenvolvimento económico sustentável, o índice indicou algumas áreas onde se registaram algumas melhorias, nomeadamente, nas categorias de Participação e Direitos Humanos e de Desenvolvimento Humano, mostrando uma recuperação na Segurança e no Estado de Direito.

A Guiné Equatorial ocupa, este ano, o 46º da lista o que representa a subida de um lugar em relação a 2016. Do lado negativo, o índice aponta a situação de degradação da Segurança e do Estado de Direito. Do lado positivo destacam-se os avanços na área do Desenvolvimento Humano.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05